

TEXTO 1

O "cidadão de bem", os Direitos Humanos e a opinião pública

É comum que a opinião pública adote, conforme o quadro social, determinados posicionamentos que predominam nos populares. Trata-se de uma uniformização de discursos, um consenso entre a maioria dos cidadãos sobre certo assunto. É evidente que o discurso não é sempre correto. O número de pessoas que fala a mesma coisa não é capaz de alterar o mundo dos fatos. Em outras palavras, quantidade não é qualidade.

No entanto, desde os primórdios, a intelectualidade gosta de nadar contra a maré. Dizer o contrário do que a maioria da população diz e acredita já deu causa a diversas descobertas, hoje consensos: antes de Galileu Galilei, a opinião pública acreditava que a Terra era plana; antes de Copérnico, era a Terra o centro do Universo. Isso não significa, todavia, que adotar posições antagônicas à opinião pública o tornará um descobridor, um visionário. Há muitas coisas em que a opinião pública está correta. [...]

Cada dia mais há publicações irônicas acerca do chamado "cidadão de bem", questionando a diferenciação desse com relação ao marginal. Há muito tempo o conceito de *criminoso nato* foi abandonado. Não há traços físicos de pessoas tendentes ao cometimento de delitos. Ademais, qualquer indivíduo está sujeito ao cometimento de práticas delituosas, uma vez que os dispositivos penais nem sempre refletem o sentimento coletivo ou mesmo individual do que é, de fato, uma grave transgressão.

Não se pode desconsiderar, todavia, que a prática criminosa reiterada deriva de desvios de conduta decorrentes de uma formação moral frágil, ou da simples ausência dela. Em uma sociedade, há quem não tenha coragem de subtrair um alfinete, enquanto outros estão dispostos a matar se for preciso ("*necessidade*" essa não tão latente quanto possa parecer).

João trabalha há 30 anos em uma empresa de vigilância. Exerce uma carga horária de 8 horas, de segunda a sexta-feira, com uma remuneração um pouco superior a 1 salário mínimo e meio. Já foi assaltado 12 vezes e teve um filho morto em um assalto a mão armada. Pedro, por sua vez, não exerce função remunerada regular. Tem extensa ficha criminal, sobrevive com pequenos bicos e roubos a mão armada. Um deles sai à noite do trabalho temendo os altos índices de violência na cidade em que mora; o outro, é grande colaborador para os índices apontados. É fácil perceber que a arma nas mãos de um deles seria um exclusivo meio de defesa, para o outro, um objeto para práticas delituosas.

O disposto a cometer crimes, provavelmente, não se importará de transgredir outra lei penal: adquirirá ilegalmente uma arma também. Mas quem gostaria de tê-la como meio de defesa respeita as normas impostas pelo Estado e fica à mercê da criminalidade e da ineficaz segurança pública. Entre João e Pedro não é difícil visualizar qual é considerado "*cidadão de bem*" e qual não é.

Se a opinião pública encabeça, atualmente, um movimento cada vez mais punitivista, é porque se cansou de ficar à deriva, entre um Estado que não o protege (e não o deixa se defender) e uma criminalidade que cresce de forma exponencial. Ainda assim, toda vez que João liga a televisão, ouve ONGs de Direitos Humanos afirmando que os presídios estão superlotados; que é preciso desencarcerar; que os apenados sofrem com a opressão do Estado; que prisão não resolve, porque não cumpre sua finalidade ressocializadora.

É evidente que o indivíduo vê-se exausto de "*ver prosperar a desonra, de ver crescer a injustiça*" e demoniza os Direitos Humanos. Não que os Direitos Humanos em si sejam algo negativo, mas as instituições que os representam atualmente têm deturpado as suas finalidades. Há que se reconhecer o benefício histórico do movimento, sobretudo quando, em tempos sombrios, o Estado se excedia em face do indivíduo. Mas é preciso ponderação.

Os indivíduos devem deixar de transgredir por princípios morais, mas também por temer as consequências de seus atos. Se a educação não resolveu, o desvio precisa ser coibido. É preciso prevenção, mas também repressão. Por isso, a teoria não pode, jamais, desconsiderar a prática. Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem é compelido a seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade. E talvez o "*cidadão de bem*" não esteja tão errado assim...

Hyago de Souza Otto. Disponível em: https://hyagootto.jusbrasil.com.br/artigos/421032742/o-cidadao-de-bem-os-direitos-humanos-e-a-opiniao-publica?ref=topic_feed. Acesso em: 29/01/2019. Adaptado.

01. Com o Texto 1, seu autor pretende, principalmente:

- A) criticar as instituições que defendem os Direitos Humanos.
- B) questionar a legitimidade da chamada 'opinião pública'.
- C) apresentar argumentos para defender um ponto de vista.
- D) explicar, com exemplos, o conceito de 'cidadão de bem'.
- E) esclarecer a diferença entre o cidadão de bem e o marginal.

02. Encontramos, no Texto 1, a defesa de que

- A) não há, de fato, muita diferença entre o cidadão de bem e o marginal.
- B) o Estado deve atuar de modo mais repressivo no combate ao crime.
- C) somente a educação é capaz de evitar a prática criminosa reiterada.
- D) todos os cidadãos de bem respeitam as normas impostas pelo Estado.
- E) a opinião pública não deveria encabeçar um movimento tão punitivista.

03. Acerca de elementos relacionadores presentes no Texto 1, analise as afirmações abaixo.

1. A expressão destacada no trecho “O número de pessoas que fala a mesma coisa não é capaz de alterar o mundo dos fatos. Em outras palavras, quantidade não é qualidade.” (1º §), indica que o autor pretendeu fazer uma reformulação em seu discurso, para deixar as ideias mais claras para seu interlocutor.
2. No trecho: “Cada dia mais há publicações irônicas acerca do chamado “cidadão de bem”, questionando a diferenciação desse com relação ao marginal.” (3º §), o leitor deve compreender que o termo destacado faz referência à expressão “cidadão de bem”.
3. Releia: “Não há traços físicos de pessoas tendentes ao cometimento de delitos. Ademais, qualquer indivíduo está sujeito ao cometimento de práticas delituosas” (3º §). Com o termo em destaque, o autor sinaliza sua intenção de acrescentar novas informações ao seu texto.
4. No trecho: “Se a opinião pública encabeça, atualmente, um movimento cada vez mais punitivista, é porque se cansou de ficar à deriva, entre um Estado que não o protege [...]” (7º §), o referente do pronome destacado, embora não explícito, pode ser recuperado pelo leitor, que relaciona esse pronome a “indivíduo”, “cidadão”, contidos na ideia de “opinião pública”.

Estão CORRETAS:

- A) 1, 2 e 3, apenas.
- B) 1, 2 e 4, apenas.
- C) 1, 3 e 4, apenas.
- D) 2, 3 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

04. Considerando a propriedade textual da coerência, assinale a alternativa CORRETA.

- A) No trecho: “Pedro, por sua vez, não exerce função remunerada regular. Tem extensa ficha criminal, sobrevive com pequenos bicos e roubos a mão armada.” (5º §), a elipse dos sujeitos das formas verbais destacadas não prejudica a coerência do enunciado, pois esses sujeitos são claramente recuperados pelo leitor do texto.
- B) A coerência do Texto 1 é localmente prejudicada com a elaboração do 5º parágrafo, em que o autor apresenta ao leitor os casos de João e Pedro, mas não fornece informações suficientes sobre esses personagens, para que o leitor compreenda de quem se tratam.
- C) No trecho: “O disposto a cometer crimes, provavelmente, não se importará de transgredir outra lei penal: adquirirá ilegalmente uma arma também.” (6º §), verifica-se incompletude de informações e incoerência, pois o autor não revela ao leitor a que ‘outra lei’ está fazendo referência.
- D) Para garantir a coerência do trecho: “Não que os Direitos Humanos em si sejam algo negativo, mas as instituições que os representam atualmente têm deturpado as suas finalidades.” (8º §), o leitor deve compreender o segmento destacado como “as finalidades das instituições que os representam”.
- E) A incoerência do trecho: “Se a educação não resolveu, o desvio precisa ser coibido.” (9º §) se dá porque o autor não esclarece para o leitor de qual desvio se trata, o que gera certa dificuldade na compreensão textual.

05. Assinale a alternativa em que há equivalência semântica entre os termos destacados nos enunciados e aqueles termos que se apresentam entre parênteses.

- A) É comum que a opinião pública adote (rechace), conforme o quadro social, determinados posicionamentos que predominam nos populares.
- B) No entanto, desde os primórdios, a intelectualidade (cognição) gosta de nadar contra a maré.
- C) Isso não significa, todavia, que adotar posições antagônicas à opinião pública o tornará um descobridor, um visionário (reacionário).
- D) Não há traços físicos de pessoas tendentes (renitentes) ao cometimento de delitos.
- E) Se a opinião pública encabeça (lidera), atualmente, um movimento cada vez mais punitivista, é porque se cansou de ficar à deriva.

06. Acerca dos processos de coordenação e subordinação, analise as proposições a seguir.

1. No trecho: “É evidente que o discurso não é sempre correto.”, uma oração subordinada desempenha a função de sujeito da expressão “é evidente”, introdutora do enunciado.
2. No trecho: “antes de Galileu Galilei, a opinião pública acreditava que a Terra era plana;”, o complemento da forma verbal destacada está organizado na forma de uma oração subordinada.
3. A oração coordenada colocada no final do trecho: “Há que se reconhecer o benefício histórico do movimento, sobretudo quando, em tempos sombrios, o Estado se excedia em face do indivíduo. Mas é preciso ponderação.” realça a oposição que o autor pretende estabelecer entre as ideias apresentadas.
4. No trecho: “Se a educação não resolveu, o desvio precisa ser coibido.”, o autor emprega a coordenação para interligar as duas orações que compõem o enunciado.

Estão CORRETAS:

- A) 1, 2 e 3, apenas. B) 1, 2 e 4, apenas. C) 1, 3 e 4, apenas. D) 2, 3 e 4, apenas. E) 1, 2, 3 e 4.

07. Releia o seguinte trecho do Texto 1: “O número de pessoas que fala a mesma coisa não é capaz de alterar o mundo dos fatos.”.

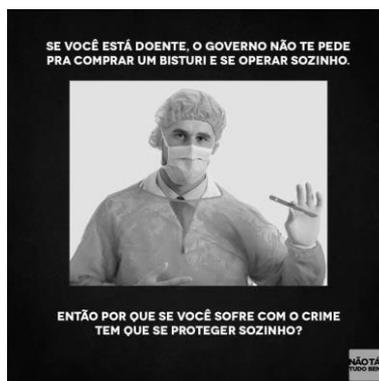
O segmento em destaque desempenha no enunciado uma função:

- A) adverbial. B) interjetiva. C) substantiva. D) adjetiva. E) pronominal.

08. Observe o cumprimento das regras de regência no trecho: “Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem é compelido a seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.” Assinale a alternativa em que as regras de regência foram igualmente cumpridas.

- A) Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem se vê obrigado de seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.
- B) Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem opta por seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.
- C) Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem decide a seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.
- D) Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem prefere a seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.
- E) Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem se submete em seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.

TEXTO 2



Disponível em: <http://www.metalurgicoscaxias.com.br/sou-da-paz-lanca-hoje-campanha-contraliberacao-de-armas>. Acesso em: 20/01/2019.

09. O Texto 2 tem a finalidade principal de levar o leitor a refletir sobre:

- A) a defesa da saúde pública.
- B) os perigos da automedicação.
- C) o despreparo dos médicos cirurgiões.
- D) o armamento da população civil.
- E) a necessidade de mais segurança nos hospitais.

10. O Texto 2 tem como público-alvo:

- A) os profissionais da saúde.
 B) os policiais militares.
 C) os cidadãos comuns.
 D) os médicos cirurgiões.
 E) os membros do Congresso Nacional.

RACIOCÍNIO LÓGICO**11. Entre 100 pessoas entrevistadas para uma vaga de estágio, constatou-se que dentre estas, 70 são fluentes em inglês, 45, fluentes em língua francesa, e 50, em língua alemã; 25 são fluentes tanto em inglês quanto em francês; 5 tanto em alemão quanto em francês, e 45, em inglês e em alemão. Com base nesses dados, é CORRETO afirmar que**

- A) todas as entrevistadas são fluentes em alguma dessas três línguas (inglês, francês ou alemão).
 B) nenhuma entrevistada é fluente em alguma dessas três línguas (inglês, francês ou alemão).
 C) a quantidade de entrevistadas que não é fluente em nenhuma ou que é fluente em todas as três línguas é menor ou igual a 15 pessoas.
 D) a quantidade de entrevistadas que não é fluente em nenhuma ou que é fluente em todas as três línguas é maior que 15 pessoas.
 E) se a entrevistada for fluente em inglês, ela será fluente em todas as três línguas.

12. Uma torneira defeituosa é tal que a quantidade de gotas pingando por vazamento dobra a cada dia. Se a torneira vaza uma gota no primeiro dia, 2 gotas no segundo dia, 4 gotas no terceiro dia e assim por diante, sabendo que um litro d'água possui, em média, 16.384 gotas, em quanto tempo a torneira terá vazado uma caixa d'água de 512 litros?

- A) Mais de 20 dias
 B) Menos de 10 dias
 C) Não menos que um mês
 D) Não menos que um ano
 E) Em exatamente 10 dias

13. De uma estação rodoviária, parte um ônibus para a cidade A, a cada 10 dias; um ônibus para a cidade B a cada 12 dias, e um ônibus para a cidade C a cada 7 dias. Se hoje todos os ônibus saíram juntos, em quantos dias, teremos novamente os três saindo no mesmo dia da estação?

- A) 120 B) 240 C) 360 D) 420 E) 840

14. Dado um conjunto A, representa-se por $P(A)$ o conjunto formado por todos os subconjuntos de A – o chamado conjunto das partes que também costuma ser representado por 2^A .

Se $A = \{\phi, \{\phi\}, 1, \{1\}\}$, qual das alternativas seguintes NÃO é elemento de $P(A)$?

- A) ϕ B) $\{\phi, 1\}$ C) $\{1, \{\phi, 1\}\}$ D) $\{\phi, \{\phi\}\}$ E) $\{1, \{1\}\}$

15. Em uma Progressão Geométrica na qual o 3º termo é 9 e o 7º termo é 33, a soma dos 10 primeiros termos é

- A) maior que 200.
 B) menor que 100.
 C) maior que 100, mas estritamente menor que 200.
 D) uma potência de 2.
 E) um múltiplo de 7.

16. Considere as seguintes afirmações:

- A) Se eu estudar, então não sou reprovado.
 B) Ou eu joguei, ou eu estudei.
 C) Eu fui reprovado.

Nessas condições, é possível concluir logicamente que

- A) eu joguei.
 B) eu estudei.
 C) eu estudei e também joguei.
 D) eu nem joguei nem estudei.
 E) eu estudei, mas não joguei.

17. Em cada lançamento em um jogo de dardos, um jogador em particular acerta, consistentemente e de forma aleatória, uma a cada seis vezes, o alvo. Quantos dardos no mínimo esse jogador tem de lançar, para que tenha chance igual ou maior que 50% de acertar o alvo alguma vez nesses lançamentos?

- A) 1 B) 2 C) 3 D) 4 E) 5
-

18. Dois números reais tais que seu produto é igual a 24, e o quadrado de sua soma é igual a 98. Nessas condições, é CORRETO afirmar que

- A) somente um desses números é um número inteiro.
B) ambos os números são números inteiros.
C) o quadrado da subtração desses números é par.
D) o quadrado da subtração desses números é ímpar.
E) a soma desses números é um número inteiro.
-

19. Em uma escola, há uma e somente uma turma de cada uma das séries do ensino fundamental (1º ao 9º ano). Em cada turma, temos 40 ou mais alunos. Todos os alunos dessas turmas – e apenas dessas turmas - estão no pátio. Qual o número mínimo de alunos que, escolhidos aleatoriamente, garante a escolha de, pelo menos, 4 alunos de uma mesma turma?

- A) 22 alunos sorteados
B) 25 alunos sorteados
C) 27 alunos sorteados
D) 28 alunos sorteados
E) 37 alunos sorteados
-

20. A união de 4 conjuntos que podem ou não ter elementos em comum na qual cada conjunto possui, ao menos, 10 elementos é tal que

- A) sua união possui, ao menos, 40 elementos distintos.
B) sua intersecção possui, ao menos, 5 elementos distintos.
C) se dois deles não possuem elementos em comum, a união de todos possui, ao menos, 40 elementos distintos.
D) se três deles não possuem elementos em comum, a união de todos possui, ao menos, 40 elementos distintos.
E) se não há elementos em comum em nenhum par de conjuntos distintos, então a união deles possui, ao menos, 40 elementos distintos.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A criação de museus vinculados à construção de um perfil identitário nacional é um processo histórico, que acontece tanto na Europa quanto no Brasil. Sobre esse processo, é CORRETO afirmar que ocorre na Europa

- A) após a Revolução Francesa, no contexto de fortalecimento do Estado Nacional francês, em oposição ao Antigo Regime. No Brasil, ocorre a partir de meados do século XVIII, com a criação da Casa dos Pássaros, no Rio de Janeiro, a fim de colecionar os espécimes exóticos e valiosos da flora e da fauna nacionais.
B) no século XVII, no contexto de fortalecimento da monarquia parlamentarista inglesa, com o surgimento do Ashmolean Museum, o mais antigo museu europeu. No Brasil, surge no século XVII, com a colonização holandesa em Pernambuco e o grande incentivo do conde Maurício de Nassau às pesquisas sobre a história natural e à criação de um museu no palácio de sua residência.
C) em finais do século XVIII, na França, como celebração da identidade política forjada pela República Francesa, em oposição ao Antigo Regime. No Brasil, ocorre no início do século XIX, quando foi criado o Museu Real após a transferência da família real e a elevação da colônia a Reino Unido.
D) no século XVII, no contexto de fortalecimento da monarquia parlamentarista inglesa, com o surgimento do Ashmolean Museum, o mais antigo museu europeu. No Brasil, ocorre no início do século XIX, quando foi criado o Museu Real, no Rio de Janeiro, após a transferência da família real e a elevação da colônia a Reino Unido.
E) no século XVII, no contexto de fortalecimento da monarquia parlamentarista inglesa, com o surgimento do Ashmolean Museum, o mais antigo museu europeu. No Brasil, ocorre a partir de meados do século XVIII, com a criação da Casa dos Pássaros, no Rio de Janeiro, a fim de colecionar os espécimes exóticos e valiosos da flora e da fauna nacionais.
-

22. No Brasil, a profissão de museólogo foi criada pela Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984 e regulamentada pelo Decreto 91.775, de 15 de outubro de 1985.

De acordo com o disposto nessa legislação, o exercício da profissão de museólogo é privativo:

- | | |
|-------------|---|
| I. | dos diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia e dos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, desde que realizados em cursos ou escolas devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura. |
| II. | dos diplomados em Bacharelado em Museologia e dos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, desde que realizados em cursos ou escolas devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura. |
| III. | dos diplomados em Bacharelado em Museologia e dos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia por escolas estrangeiras, desde que reconhecidas pelas leis do país de origem. |
| IV. | dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação. |
| V. | dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data de vigência da Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984, contassem com, pelo menos, 5 (cinco) anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados. Essa comprovação deve ter sido feita no prazo de 3 (três) anos a contar da vigência da Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984, perante os Conselhos Regionais de Museologia, aos quais competiu decidir sobre a sua validade. |
| VI. | dos diplomados em outros cursos de nível superior que, a partir da data de vigência da Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984, contêm, pelo menos, 5 (cinco) anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados. Essa comprovação deverá ser feita perante os Conselhos Regionais de Museologia, aos quais compete decidir sobre a sua validade. |

Estão CORRETOS os itens

- A) II, III e V.
 B) I, III e VI.
 C) I, IV e V.
 D) II, IV e V.
 E) I, IV e VI.

23. O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) foi criado pela Lei nº 11.906/2009, com a função de

- | | |
|-------------|---|
| I. | promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas a contribuir para organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos. |
| II. | incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro. |
| III. | promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica. |
| IV. | promover a manutenção de atividades de requalificação e divulgação de museus com representatividade nacional, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, a partir de programas de fomento às fontes da cultura nacional. |
| V. | promover a formação de mão de obra especializada para o trabalho em museus e instituições culturais, sendo responsável pelo reconhecimento profissional dos museólogos e demais profissionais de museus. |
| VI. | desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e |
| VII. | garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado. |

Estão CORRETOS as afirmações

- A) I, II, III, VI e VII, apenas.
 B) I, II, III, IV, V, VI e VII.
 C) I, II, III, IV, VI e VII, apenas.
 D) I, II, III, IV, V e VI, apenas.
 E) I, II, III, IV e VI, apenas.

24. Considerando a definição de museu estabelecida no artigo 1º da Lei 11.904/2009 (o Estatuto dos Museus), o IBRAM definiu, através da Resolução Normativa nº 1, de 14 de dezembro de 2016, “os procedimentos e critérios específicos relativos ao Registro de Museus junto ao IBRAM e demais órgãos públicos competentes”.

De acordo com essa Resolução, os museus a serem registrados deverão

- I.** estar a serviço da sociedade e seu desenvolvimento.
- II.** ser instituição de caráter permanente.
- III.** preservar bens naturais e culturais, de natureza material ou imaterial.
- IV.** estimular a produção do conhecimento, seja de maneira formal ou não formal.
- V.** trabalhar de forma regular com bens culturais musealizados.
- VI.** possuir exposição ou comunicar seus bens culturais musealizados.
- VII.** ser instituição aberta ao público.
- VIII.** não comercializar bens culturais musealizados.
- IX.** não se caracterizar como processo museológico.
- X.** não se caracterizar como unidade de conservação da natureza.
- XI.** não se caracterizar como museu virtual.

Estão CORRETAS as afirmações

- A) II, VI, IX, X e XI, apenas.
- B) II, III, IV e XI, apenas.
- C) todas.
- D) I, II, V, IX e X, apenas.
- E) II, III, VIII, IX e XI, apenas.

25. De acordo com a Seção III, da Lei 11.904/2009, o Estatuto dos Museus, o Plano Museológico deve ser caracterizado como ferramenta de planejamento estratégico para a gestão do museu a ser realizado

- A) de maneira participativa, com colaboração de especialistas externos e da comunidade. É composto pelo diagnóstico da instituição, identificação dos seus espaços físicos e dos bens culturais sob sua guarda, identificação dos públicos a que está destinado o trabalho da instituição e o detalhamento dos programas: Institucional; de Exposições; Educativo e Cultural; de Pesquisa; Arquitetônico-urbanístico; de Segurança; de Financiamento e Fomento; de Comunicação; de acessibilidade a todas as pessoas.
- B) por especialistas externos ao museu e com a comunidade. É composto pelo diagnóstico da instituição, identificação dos públicos a que está destinado o trabalho da instituição e o detalhamento dos programas: Institucional; de Gestão de Pessoas; de Acervos; de Exposições; Educativo e Cultural; de Pesquisa; Arquitetônico-urbanístico; de Segurança; de Financiamento e Fomento; de Comunicação; de acessibilidade a todas as pessoas.
- C) de maneira participativa pelo corpo técnico do museu e seu comitê gestor. É composto pelo diagnóstico da instituição, identificação dos seus espaços físicos e dos bens culturais sob sua guarda, identificação dos públicos a que está destinado o trabalho da instituição e o detalhamento dos programas: Institucional; de Gestão de Pessoas; de Acervos; de Exposições; Educativo e Cultural; de Pesquisa; Arquitetônico-urbanístico; de Segurança; de Financiamento e Fomento; de Comunicação.
- D) de maneira participativa, com colaboração de especialistas externos e da instituição mantenedora. É composto pelo diagnóstico da instituição, identificação dos seus espaços físicos e dos bens culturais sob sua guarda, identificação dos públicos a que está destinado o trabalho da instituição e o detalhamento dos programas: de Acervos; de Exposições; Educativo e Cultural; de Pesquisa; Arquitetônico-urbanístico; de Segurança; de Comunicação; de acessibilidade a todas as pessoas.
- E) preferencialmente de maneira participativa, com colaboração de especialistas externos e da comunidade. É composto pelo diagnóstico da instituição, identificação dos seus espaços físicos e dos bens culturais sob sua guarda, identificação dos públicos a que está destinado o trabalho da instituição e o detalhamento dos programas: Institucional; de Gestão de Pessoas; de Acervos; de Exposições; Educativo e Cultural; de Pesquisa; Arquitetônico-urbanístico; de Segurança; de Financiamento e Fomento; de Comunicação; de acessibilidade a todas as pessoas.

26. O conceito de referência cultural, tal como formulado por Cecília Londres Fonseca, passa a vigorar como norteador das práticas de patrimonialização no Brasil, em uma progressiva ampliação e democratização dos bens reconhecidos como patrimônio pelo Estado brasileiro, que passa a atribuir valor cultural, também aos bens imateriais. Sobre a relação entre o conceito de referência cultural e o patrimônio imaterial, é CORRETO afirmar que o conceito de referência cultural

- A) leva em consideração o patrimônio imaterial, constituído de saberes, celebrações, lugares e formas de expressão, que podem vir a ser patrimonializados pelo Estado. Desse modo, desloca-se o foco do bem individual, de pedra e cal, para os conjuntos urbanos, a arquitetura vernacular e as manifestações tangíveis da cultura. É esse deslocamento que permite a institucionalização do patrimônio cultural imaterial.
- B) foi instituída pelo Decreto 3.551/2000, que considera os saberes, celebrações, lugares e formas de expressão que podem vir a ser patrimonializados pelo Estado. Desse modo, desloca-se o foco do bem individual, de pedra e cal para as manifestações intangíveis da cultura. É esse deslocamento legal que permite a institucionalização do patrimônio cultural imaterial pelo Estado brasileiro.
- C) leva em consideração os sujeitos que legitimam as referências da cultura que podem vir a ser patrimonializadas pelo Estado. Desse modo, desloca-se o foco do bem material em si mesmo, passando a enfocar o agente social, que atribui o valor cultural. É esse deslocamento que permite a institucionalização do patrimônio cultural imaterial.
- D) leva em consideração os sujeitos que legitimam as referências da cultura que podem vir a ser patrimonializadas pelo Estado. Desse modo, desloca-se o foco do agente social que atribui o valor cultural e dos arquitetos, levando-se em consideração as expertises técnicas de antropólogos e cientistas sociais. É esse deslocamento que permite a institucionalização do patrimônio cultural imaterial.
- E) foi instituída pelo Decreto 3.551/2000, que considera os saberes, celebrações, lugares e formas de expressão que podem vir a ser patrimonializados pelo Estado. Desse modo, o parecer do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural passa a legitimar as referências da cultura que podem vir a ser patrimonializadas pelo Estado. É esse deslocamento que permite a institucionalização do patrimônio cultural imaterial.

27. A autora Waldisa Rússio Guarnieri, dialogando com a Sociologia, estabeleceu o conceito de “fato museal”. Sobre ele, é INCORRETO afirmar que

- A) se trata do objeto de estudo da Museologia, constituída enquanto conhecimento científico, que tende a se transformar em ciência.
- B) o “fato museal” é o nome dado à relação singular entre homem – sujeito conhecedor - e o Museu – parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir.
- C) para analisar corretamente o fato museal, é necessário considerar: a relação em si mesma, o homem que a conhece, o objeto a ser conhecido, o museu.
- D) o fato museal se estabelece no recinto institucionalizado do museu, porém não se restringe ao museu tradicional, podendo ocorrer em qualquer instituição que seja pública e amplamente reconhecida como museu.
- E) o museu e o fato museal têm sempre o homem como seu sujeito e objeto.

28. A museóloga Tereza Scheiner se utilizou de aportes da Filosofia para explicar o conceito de museu como fenômeno e fez algumas afirmações.

Sobre estas, analise as afirmativas abaixo:

- I. O museu pode ser considerado um arquiconceito, tratando-se de uma instância simbólica que pode assumir diferentes formas, de acordo com a perspectiva de mundo dos diferentes grupos sociais no tempo e no espaço.
- II. O tipo de museu existente em cada sociedade varia de acordo com o conceito de “real” que os seus criadores concebem. Assim, a percepção do real é um dos fundamentos ontológicos da museologia.
- III. A dimensão fenomênica do museu, através do estudo de suas relações com o Real, é o objeto de estudo da museologia.
- IV. Pode-se admitir uma forma específica de relação entre indivíduo e objeto, característica dos museus, se colocarmos o foco não no objeto e nem apenas no museu, mas, na relação entre ambos, tal como pensado por Stránský.
- V. O objeto existente fora do homem pode ser compreendido como uma instância simbólica, que, ao lado da escrita, passa a ser um registro documental do real.
- VI. A dimensão fenomênica do museu e a busca da compreensão de suas relações com o Real aproximam a Museologia da Filosofia e não, das Ciências.

Estão CORRETAS

- A) I, II, III e VI, apenas.
- B) II, III, IV e V, apenas.
- C) I, II, III, IV, V e VI.
- D) II, III e VI, apenas.
- E) IV, V e VI, apenas.

29. Segundo Krzysztof Pomian (1987), o conceito de coleção pode ser definido como “todo conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente, fora do circuito de atividades econômicas, submetido a uma proteção especial, em um lugar fechado, mantido com esse propósito e exposto ao olhar” (Pomian, 1987).

Sobre isso, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O autor valoriza, portanto, o aspecto simbólico dos objetos que constituem uma coleção, dado seu principal traço ser a perda de valor de uso e de troca para se tornar um semióforo.
- B) O autor valoriza, portanto, o aspecto institucional dos objetos reunidos em um espaço fechado, ou seja, em um museu tradicional ortodoxo, uma vez que apenas nesse ambiente tornam-se semióforos.
- C) O autor valoriza, portanto, o aspecto comunicacional dos objetos que constituem uma coleção, uma vez que os objetos que estão em exposição permanente se transformam em semióforos.
- D) O autor valoriza os aspectos comunicacional e institucional dos objetos reunidos em uma coleção, posto que são essas duas atividades que caracterizam os objetos que passaram pelo processo de musealização, tornando-se semióforos.
- E) O autor valoriza os aspectos simbólicos, institucionais e comunicacionais dos objetos que constituem uma coleção, pois o seu papel de semióforo é exclusivo dos objetos que passam pelo processo de musealização em museus tradicionais ortodoxos e em museus virtuais.

30. Acerca dos conceitos de musealização e musealia propostos por François Mairesse e André Desvallées, baseados em Stránský, é CORRETO afirmar que

- A) *Musealização* é o processo científico, que envolve atividades de seleção, indexação e apresentação da *musealia*. Esta, por sua vez, compreende os objetos, que foram extraídos de uma dada realidade e inseridos no contexto museal, adquirindo uma nova realidade cultural.
- B) *Musealização* é o processo social realizado após a seleção e exposição da *musealia*, que, por sua vez, compreende os objetos, que passaram pelo processo de documentação museológica.
- C) *Musealização* é o processo científico que envolve a seleção de objetos e sua retirada do contexto cotidiano, passando a constituir-se em *musealia* graças à sua integração a um processo museológico.
- D) *Musealização* é o processo social que envolve as atividades de seleção e indexação dos objetos de uma dada realidade social, os quais, uma vez inseridos no museu, se tornam *musealia*.
- E) *Musealização* é o processo científico que envolve as atividades de processamento técnico do acervo do museu, cujas peças são também chamadas de *musealia*.

31. Acerca da Educação Museal, tal como está proposta no Caderno da Política Nacional de Educação Museal, editado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), analise as afirmativas abaixo:

- I.** Tem como foco os sujeitos que interagem com os museus e não as peças do acervo da instituição.
- II.** Engloba não apenas o visitante mas os profissionais de museus e a própria experiência da visita ao museu.
- III.** Visa, em última instância, à formação crítica e integral dos indivíduos bem como sua emancipação e atuação consciente com o objetivo de transformar a sociedade
- IV.** Visa ampliar os públicos dos museus através da alfabetização criativa, que envolve o ensino não formal.
- V.** Difere das ações de comunicação e mediação cultural tradicionais, posto que é teórica e metodologicamente embasada nos pressupostos da interatividade proporcionada pelas novas tecnologias para os museus e seus públicos.
- VI.** Baseia-se no princípio da acessibilidade emocional, que deve considerar não apenas as barreiras de acesso físico mas também aspectos emocionais, afetivos e intelectuais de seus usuários.

Estão CORRETAS apenas

- A) II e V.
- B) I, II, III, IV e V.
- C) I, II, III e VI.
- D) I, II e III.
- E) I, IV, V e VI.

32. A relação das exposições com os objetos é perpassada por um conjunto de referenciais teóricos, que estão relacionados não apenas com o conteúdo a ser transmitido na exposição mas também com os conceitos de museu e de museologia, que orientam as práticas institucionais. Nesse sentido, **Ángela García Blanco propõe uma classificação para as exposições, de acordo com o estatuto epistemológico do objeto: Museologia do objeto versus Museologia da ideia.**

Sobre essa classificação, analise as afirmativas abaixo:

- | |
|---|
| <p>I. Para a exposição do tipo “Museologia do objeto”, selecionam-se as peças em função de suas qualidades individuais ou por sua inserção e representatividade em um grupo taxonômico, favorecendo sua contemplação.</p> <p>II. Para a exposição do tipo “Museologia da ideia”, selecionam-se as peças em função de suas qualidades individuais ou por sua inserção e representatividade em um grupo taxonômico, favorecendo sua contemplação.</p> <p>III. A exposição do tipo “Museologia do objeto” não exclui os objetos, porém os utiliza para desenvolver, com eles, um conceito, a fim de contar alguma coisa em relação com que os objetos são relevantes.</p> <p>IV. A exposição do tipo “Museologia da ideia” não exclui os objetos, porém os utiliza para desenvolver, com eles, um conceito, a fim de contar alguma coisa em relação com que os objetos são relevantes</p> <p>V. A exposição do tipo “Museologia do objeto” utiliza objetos contextualizados que são geradores de conhecimentos, descobrimentos e problemas que se querem transmitir, os quais são explicitados para o público.</p> <p>VI. A exposição do tipo “Museologia da ideia” utiliza objetos contextualizados, que são geradores de conhecimentos, descobrimentos e problemas que se querem transmitir, os quais são explicitados para o público.</p> |
|---|

Estão **INCORRETAS**

- A) I, III e V.
 B) II, IV e VI.
 C) I, III e VI.

- D) II, III e V.
 E) II, IV e VI.

33. Segundo o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) do Conselho Internacional de Museus (ICOM), o “Object ID é uma norma internacional para descrição de objetos culturais, resultado de pesquisas feitas em colaboração com a comunidade museológica, a UNESCO, a polícia internacional – incluindo o FBI, a Scotland Yard e a Interpol –, agências aduaneiras, o comércio de arte, a indústria de seguros e avaliadores de arte e antiguidades. O uso dessa norma ajuda a combater a apropriação ilegal de objetos de arte, facilitando a documentação dos bens culturais e reunindo organizações ao redor do mundo que podem incentivar a sua implementação”.

Acerca do Object ID, analise as afirmativas abaixo:

- | |
|---|
| <p>I. O Object ID é a norma mais completa para documentação em museus e deve ser adotada como norma base para a elaboração de inventários de bens culturais materiais.</p> <p>II. O Object ID é a norma que sistematiza as informações mínimas para a descrição e a identificação de um bem cultural material, por isso é universalmente recomendada pelo ICOM para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais.</p> <p>III. O Object ID é a norma reconhecida internacionalmente pelas polícias internacionais e, por esse motivo, deve ser adotada como única norma para a documentação em museus.</p> <p>IV. A lista de controle da norma Object ID é composta pelas seguintes orientações: Tire fotografias, Responda estas questões (Número do objeto, Local no prédio, Outras Numerações, Classificação, Tipo do objeto, Materiais e técnicas, Medidas, Inscrições e marcas, Características particulares, Título, Assunto ou tema, Data ou período, Autor ou fabricante, Observações), Escreva uma breve descrição, Proteja as informações.</p> <p>V. A lista de controle da norma Object ID é composta pelas seguintes orientações: Tire fotografias, Responda estas questões (Tipo do objeto, Materiais e técnicas, Medidas, Inscrições e marcas, Características particulares, Título, Assunto ou tema, Data ou período, Autor ou fabricante), Escreva uma breve descrição, Proteja as informações.</p> <p>VI. O Object ID é reconhecido pelo ICOM e pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) como norma de controle que comprova a propriedade dos bens culturais materiais pelos museus brasileiros, de acordo com o disposto na Lei 11904/2009, o Estatuto dos Museus.</p> |
|---|

Está **CORRETO**, apenas, o que se afirma em

- A) I, II, III, V e VI.
 B) II.
 C) II e V.
 D) II, III e VI.
 E) I, III e VI.

34. Sobre os tesouros aplicados à documentação em museus, analise as afirmativas abaixo:

- I.** São linguagens documentárias específicas associadas a um domínio específico do conhecimento.
- II.** Utilizam-se da linguagem natural para organizar/indexar os termos.
- III.** Os termos apresentados em um tesouro são unívocos e possuem relações entre si; essas relações podem ser de hierarquia e todo-parte.
- IV.** Apresentam termos preferidos e não preferidos, os quais podem ser termos não autorizados ou equivalentes, sinônimos ou quase sinônimos dos preferidos.
- V.** O Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros (2016), coordenado tecnicamente por Helena Dodd Ferrez, produzido no contexto nacional e consiste em uma revisão e ampliação do Thesaurus para Acervos Museológicos (1987), de autoria de Maria Helena S. Bianchini e Helena Dodd Ferrez.
- VI.** O Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros (2016) é regulamentado pelo Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados - INBCM, instituído pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), através da Instrução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 e com a Resolução Normativa nº 1, de 31 de julho de 2014.

Estão CORRETAS apenas

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, III e IV.
- C) I, II, III e IV.
- D) I, II, III, V e VI.
- E) I, III, IV e V.

35. Sobre o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM), instituído pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) através do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 e das Resoluções Normativas nº 1, de 31 de julho de 2014 e nº 2, de 29 de agosto de 2014, é CORRETO afirmar que o INBCM é um instrumento de inserção periódica de dados sobre os bens culturais musealizados que integram os acervos

- A) museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, para fins de identificação, acatamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus. O INBCM foi instituído pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013, sem prejuízo de outras formas de proteção existentes.
- B) museológicos dos museus brasileiros, para fins de identificação, acatamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus. O INBCM foi instituído pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013, sem prejuízo de outras formas de proteção existentes.
- C) museológicos dos museus brasileiros, para fins de identificação, acatamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus. O INBCM foi instituído pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013, devendo substituir, progressivamente, os demais instrumentos de documentação em museus no território nacional.
- D) museológicos dos museus brasileiros, para fins de identificação, acatamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus. O INBCM foi instituído pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013, devendo substituir, progressivamente, os demais instrumentos de documentação em museus, em todo o território nacional.
- E) museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, para fins de identificação, acatamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus. O INBCM foi instituído pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013, devendo substituir, progressivamente, os demais instrumentos de documentação em museus em todo o território nacional.

36. De acordo com a lei 11.904/2009, o Estatuto dos Museus, “Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente”.**A política de aquisições e descartes tem como finalidade**

- A) adquirir acervos em consonância com a identidade do acervo do museu e seu público; Proporcionar transparência ao processo decisório e respaldo à tomada de decisão da aquisição de acervos; Viabilizar o descarte de acervos que não estejam em consonância com o perfil da instituição; Respeitar, nos processos de aquisição e descarte, os códigos de ética dos organismos nacionais e internacionais relacionados aos acervos, tais como: ICOM, ICOM-Brasil, IBRAM, COFEM, ou outros, conforme o caso.
- B) adquirir acervos em consonância com a identidade do acervo do museu e seu público; Proporcionar transparência ao processo decisório e respaldo à tomada de decisão da aquisição de acervos; Viabilizar o descarte de acervos que não estejam em consonância com o perfil da instituição, favorecendo sua comercialização através dos meios legais; Respeitar, nos processos de aquisição e descarte, os códigos de ética dos organismos nacionais e internacionais relacionados aos acervos, tais como: ICOM, ICOM-Brasil, IBRAM, COFEM, ou outros, conforme o caso.

- C) adquirir acervos em consonância com as linhas de pesquisa do museu e manter a integridade e identidade do acervo do museu; Proporcionar transparência ao processo decisório e respaldo à tomada de decisão da aquisição de acervos, certificando-se da legalidade da proveniência dos bens oferecidos ao museu; Viabilizar o descarte de acervos que não estejam em consonância com o perfil da instituição; Respeitar, nos processos de aquisição e descarte, os códigos de ética dos organismos nacionais e internacionais relacionados aos acervos, tais como: ICOM, ICOM-Brasil, IBRAM, COFEM, ou outros, conforme o caso.
- D) proporcionar transparência ao processo decisório e respaldo à tomada de decisão da aquisição de acervos, certificando-se da legalidade da proveniência dos bens oferecidos ao museu e favorecendo sua comercialização através dos meios legais; Viabilizar o descarte de acervos que não estejam em consonância com o perfil da instituição; Respeitar, nos processos de aquisição e descarte, os códigos de ética dos organismos nacionais e internacionais relacionados aos acervos, tais como: ICOM, ICOM-Brasil, IBRAM, COFEM, ou outros, conforme o caso.
- E) adquirir acervos em consonância com as linhas de pesquisa do museu e manter a integridade e identidade do acervo do museu; Viabilizar o descarte de acervos que não estejam em consonância com o perfil da instituição; Respeitar, nos processos de aquisição e descarte, os códigos de ética dos organismos nacionais e internacionais relacionados aos acervos, tais como: ICOM, ICOM-Brasil, IBRAM, COFEM, ou outros, conforme o caso.

37. “Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade”, publicada pela UNESCO em 2015 entende que a preservação do patrimônio “compreende atividades relacionadas à aquisição e gestão de coleções, incluindo análise de risco e o desenvolvimento de capacidades de prevenção e de planos de emergência, além de segurança, conservação preventiva e curativa, e a restauração de objetos musealizados, garantindo a integridade das coleções quando usadas e armazenadas”.

Partindo desse conceito, pode-se considerar que a preservação nos museus compreende as atividades listadas abaixo, EXCETO:

- A) Autovistoria e manutenção periódica dos sistemas elétricos e hidráulicos.
 B) Monitoramento higrológico.
 C) Elaboração de um programa de aquisição e descarte do acervo.
 D) Elaboração de um programa de gestão de pessoas.
 E) Autovistoria e manutenção periódica dos equipamentos contra incêndio.

38. Os indicadores básicos de controle ambiental para conservação de bens culturais materiais são: temperatura, humidade relativa do ar, luz e qualidade do ar.

Sobre a temperatura e a umidade relativa do ar, analise as afirmativas abaixo:

- I.** As altas temperaturas e os altos níveis de umidade são danosos tanto para a conservação física de materiais mais higroscópicos, como a madeira, e menos higroscópicos, como o metal.
- II.** A grande variação de temperatura e umidade, causada, por exemplo, por equipamentos de ar-condicionado que são ligados e desligados ao longo do dia, pode ser mais danosa para os materiais higroscópicos do que a manutenção constante de altos índices de temperatura e umidade.
- III.** As autoridades não estabelecem um valor normativo fixo e exato para os níveis de temperatura e umidade do ar adequados para as reservas técnicas, visto que esses devem ser estabelecidos de acordo com o tipo de material armazenado e as condições institucionais de cada museu, devendo-se evitar as variações extremas.
- IV.** Uma recomendação frequente é a manutenção constante de temperaturas de 21°C ou menos e índices de umidade constantes em algum valor entre 30% e 50%.
- V.** Os níveis de temperatura e umidade recomendados para reservas técnicas não visitáveis são inferiores àqueles recomendados para áreas de exposição e de administração.
- VI.** Os altos índices de temperatura aceleram sensivelmente os índices de deterioração. Estima-se que, a cada aumento de 10°C, se dobra a velocidade da maioria das reações químicas que causam a deterioração.

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) I, II, III, IV, V e VI estão corretas.
 B) I, II, III, IV, V e VI estão incorretas.
 C) Apenas I, III e IV estão corretas.
 D) Apenas II está incorreta.
 E) Apenas VI está incorreta.

39. Os indicadores básicos de controle ambiental para a conservação de bens culturais materiais são temperatura, humidade relativa do ar, luz e qualidade do ar.

Sobre a luz e a qualidade do ar, analise as afirmativas abaixo:

- I.** Nem todos os comprimentos de onda causam deterioração; apenas a radiação ultravioleta (UV) causa danos para os objetos. Por esse motivo, deve-se evitar o uso de lâmpadas fluorescentes e a incidência da luz solar direta nas reservas técnicas dos museus.
- II.** A luz atua como catalisadora da oxidação; desse modo, qualquer exposição dos objetos à luz é, em princípio, prejudicial à conservação e causa danos irreversíveis.
- III.** A qualidade do ar influencia diretamente na velocidade das reações químicas que causam deterioração dos materiais. Os poluentes gasosos mais comuns, presentes nas grandes cidades, induzem à formação de ácidos nos materiais.
- IV.** Também há poluentes em forma de partículas, que também causam problemas de acidificação, além de sujarem, arranharem e desfigurarem os materiais.
- V.** Apesar de ser uma providência de difícil consecução, é importante vedar completamente os espaços físicos das reservas técnicas, bem como as vitrines das exposições, a fim de evitar a degradação causada pela luz e, principalmente, pela má qualidade do ar.
- VI.** A alocação de reservas técnicas e áreas expositivas em uma edificação deve considerar sua localização em relação às possíveis fontes de poluentes e circulação de ar e entrada de luz natural, atentando-se, também, para as variações climáticas sazonais.

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Estão corretas, apenas, I, III, IV e VI.
- B) Estão incorretas, apenas, I, III, IV e V.
- C) Estão corretas, apenas, I, III e IV.
- D) Está incorreta, apenas I.
- E) Estão incorretas, apenas, I e IV.

40. No tocante à conservação e segurança dos acervos, sobre o que prevê o Código de Ética para Museus do Conselho Internacional de Museus (ICOM), analise as afirmativas abaixo:

- I.** A restauração é elemento primordial na política dos museus e da proteção de acervos, tanto para objetos em reserva como para objetos em exposição ou em trânsito.
- II.** Os museus devem realizar tempestivamente a restauração de objeto ou espécime tão logo este necessite de intervenções de conservação-restauração ou de serviços de um conservador-restaurador qualificado.
- III.** O principal objetivo deve ser a completa restauração do objeto e sua integridade.
- IV.** Todo procedimento de conservação deve ser documentado e, na medida do possível, reversível.
- V.** Toda alteração do objeto ou espécime original deve ser claramente identificável.
- VI.** Atenção especial deve ser dada ao desenvolvimento de políticas para a proteção de acervos durante conflitos armados e outros desastres naturais ou causados pelo homem.

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) São falsas, apenas, IV e V.
- B) I, II, III, IV, V e VI são verdadeiras.
- C) São falsas, apenas, I, II e VI.
- D) São falsas, apenas, I, II e III.
- E) São verdadeiras, apenas, III, IV e V.

MUSEÓLOGO